



Aos sete dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, o Conselho Municipal de Educação reuniu-se, em sessão ordinária, na sede da Prefeitura, situada à rua Pedro Álvares Cabral, nº305 – Centro – Nilópolis. A presidente fez a abertura da reunião dando boas-vindas a todos e sugeriu uma confraternização para o próximo encontro, o último do ano, com um café da manhã compartilhado. Em seguida, a presidente fez a leitura da Ata, que foi aprovada por todos. Foram justificadas as ausências dos conselheiros Gleice, Lydienio, Roberta, Jorge Magalhães e Gênesis. Ato contínuo, a presidente falou do encontro de conselhos escolares, onde foram disponibilizados um manual e um CD com a legislação referente ao assunto, que serão doados ao acervo do CME. O assessor técnico Antônio falou da importância desse material que servirá como subsídio aos conselheiros. A presidente acrescentou que o Ministério Público possui o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva da Educação (CAO Educação), que visa assegurar o cumprimento das normas constitucionais e legais, bem como servir de suporte ao trabalho dos Promotores de Justiça na área da educação; inclusive, para o qual há concurso para Pedagogo. A promotora do CAO Educação é muito firme e tem ajudado muito os secretários de educação, afirmou a conselheira Waldenise. Inclusive, tem destacado os municípios que estão desenvolvendo um trabalho exitoso, disse a conselheira Flávia. Dando prosseguimento à reunião, a conselheira Waldenise ratificou a informação de que o decreto de criação dos conselhos escolares já havia sido publicado pelo prefeito. Ainda sobre os conselhos escolares, a presidente enfatizou sobre a importância de sua atuação como participante das decisões relevantes da comunidade escolar, uma vez que a gestão democrática consta em lei. Na sequência, a conselheira Cláudia pediu a palavra para solicitar ajuda ao Conselho sobre o controle de frequência dos alunos beneficiários do Bolsa Família, especialmente os não localizados. Foi sugerido que o Conselho se pronunciasse sobre a necessidade de identificação clara nas pastas de documentos dos alunos e nas declarações expedidas com o NIS do beneficiário. A conselheira Eva sugeriu punição aos funcionários que não preencherem as informações corretamente. Corroborando, a conselheira Waldenise propôs que, para o próximo ano letivo, o Conselho estude a melhor forma de colaborar para a eficácia dessa ação. O assessor técnico Antônio falou da experiência bem-sucedida do conselho do qual fez parte na E. M. José D'Alessandro. O conselheiro Damião falou de quão importante é que os diretores escolares levem os responsáveis pelos alunos para dentro da unidade, abrindo-lhes as portas da escola. A conselheira Eva refletiu que o povo está cansado das políticas. A conselheira Cléia ponderou que, muitas das vezes, os pais só querem atenção e ser ouvidos. A conselheira Nilceia acrescentou que as escolas precisam dar atenção às comunidades e não só levá-los ao espaço escolar para fornecer boletins. A conselheira Eva falou que um bom exemplo é o Projeto Gerar, baseado em rodas de conversas, que dão voz ao aluno; quando se fala, se escuta também. As escolas não são atrativas, disseram a presidente Lucimei e a conselheira Cláudia. Em continuidade, foi lido o ofício de convocação do Ministério





Nossa Cidade, Nosso Orgulho!

Público ao Presidente do CME, para o dia 28/11/17, às 13h30min, referente a inquérito civil aberto em 2014 sobre fornecimento de merenda escolar. Dando prosseguimento, a presidente apresentou a versão final da deliberação nº 39, que foi aprovada por todos e segue para publicação. Finalizando, a presidente projetou para 2018 a necessidade de revisão do regimento, da formação dos conselheiros e da participação na UNCME, para a qual gostaria que Nilópolis se candidatasse à coordenação. Nada mais a tratar, a presidente agradeceu a presença e, encerrando a reunião, foi lavrada a presente ata por Andréa Tavares, que a secretariou e vai assinada por todos os presentes.

